

# 0 A 6: DESENCONTRO DE ESTATÍSTICAS E ATENDIMENTO\*

FÚLVIA ROSEMBERG

da Fundação Carlos Chagas e PUC-SP

---

## RESUMO

A tentativa de avaliar a cobertura dos estabelecimentos que atendem à criança de 0 a 6 anos no Brasil, caracterizados como creche, pré-escola ou similar, esbarra em dificuldades relativas às fontes de informação. As estatísticas pertinentes fornecidas por diversos órgãos governamentais têm em comum a conceituação imprecisa dos diferentes tipos de atendimento, diferindo na forma de coleta dos dados, universo e período abrangidos, apresentando discrepâncias que não permitem inferir senão tendências desse atendimento durante a última década.

## SUMMARY

An attempt to evaluate the coverage of nurseries, daycare centers and similar institutions in charge of the 0 to 6 year olds in Brazil faces difficulties linked to the sources of information. Statistics provided by several government agencies share a vagueness in conceptualization of different kinds of care, diverging in methods of data collection, range and period covered, showing discrepancies that barely allow the inference of tendencies of that coverage over the last ten years.

---

\* Este texto é parte do projeto "Aspectos sócio-educativos e sugestões para uma política nacional de educação da criança de 0 a 6 anos no Brasil", realizado através de convênio entre a FCC, IPLAN/IPEA e UNICEF (Fundação Carlos Chagas, 1989), com apoio da Fundação Ford, coordenado por Maria Malta Campos e contando com a participação de Isabel M. Ferreira, Ana Lúcia G. Faria, Ana Maria Wilhelm, Beatriz Azevedo e Carmen M. Craidy.

Uma avaliação da cobertura, da demanda e da caracterização da clientela ou do sistema de atendimento à criança de 0 a 6 anos através de creches e pré-escolas no Brasil é tarefa bastante difícil, apesar das tentativas de vários pesquisadores nos últimos anos. Os resultados a que se chega são sempre aproximativos e insatisfatórios. Se é verdade que a qualidade das estatísticas educacionais para outros níveis de ensino vem sendo questionada em vários estudos<sup>1</sup>, no caso da criança de 0 a 6 anos a situação é mais grave, dada a duplicidade das formas de atendimento (creche e pré-escola), a imprecisão e variabilidade dos conceitos de creche e pré-escola e a diversidade de unidades de coleta de dados utilizadas pelos diferentes organismos.

Uma das saídas que se tem tentado para contornar parcialmente tais problemas é analisar em separado as estatísticas sobre pré-escola nas estatísticas sobre creche<sup>2</sup>.

Quanto aos indicadores sobre a clientela das creches, fornecidos pelas entidades que efetuam atendimento direto ou indireto a nível nacional (Fundação Legião Brasileira de Assistência — LBA, Secretaria Especial de Ação Comunitária — SEAC, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor — FUNABEM, todas do Ministério do Interior), não há qualquer garantia de confiabilidade para as cifras apresentadas. A LBA, por exemplo, refere-se, no *Relatório Geral de 1987*, a "crianças/mês atendidas" sem qualquer informação sobre o significado da expressão. A FUNABEM utiliza o termo "meta" desacompanhado de explicações: os números que fornece sob esta rubrica equivalem a metas a serem atingidas, ao número de crianças enunciado pela entidade conveniada ou à quantidade efetiva de crianças atendidas? Acrescente-se à imprecisão conceitual a inexistência de órgãos que cadastrem as creches em funcionamento no país, sejam elas de empresa, particulares ou conveniadas. Neste sentido, qualquer tentativa de avaliação nacional do atendimento em creches pode tanto superestimar quanto subestimar a cobertura.

É possível formar uma idéia aproximada da imprecisão dos indicadores sobre atendimento em creches, quando se comparam as cifras coletadas pela pesquisa realizada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) àquelas divulgadas pela LBA. Em 1987, o CNDM enviou a todos os governos de estado um questionário visando conhecer os programas governamentais de atendimento à criança entre 0 e 6 anos. Até o início de 1988, apenas 10 Unidades da Federação enviaram ao CNDM algum tipo de informação. A análise deste material evidenciou inúmeras dificuldades no processo de sistematização das informações: dificuldade de coleta dos dados a nível local devida à multiplicidade e reestruturação dos programas; heterogeneidade dos conceitos utilizados pelos diferentes Estados (creches públicas entendidas como conveniadas pela Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor — FEBEM/RS; modalidade de creche domiciliar tida como atendimento direto pela Secretaria do Trabalho e Ação Social de

Pernambuco; variação quanto à duração da jornada em tempo parcial ou integral).

Tais inconsistências transparecem de forma enfática quando se comparam os dados enviados ao CNDM àqueles fornecidos pela LBA, todos relativos a 1987 (Quadro 1).

QUADRO 1

Número de crianças atendidas em creches e pré-escolas segundo dados fornecidos pelo CNDM e LBA para algumas unidades da federação — 1987

Unidade da federação / Entidade	CNDM	LBA
Distrito Federal	42.838	11.180
Fundação Educacional	30.195	
Fundação Serviço Social	3.027	
LBA	7.422	
Ministérios	1.939	
Outros órgãos	255	
Ceará	19.620	136.900
Secretaria de Ação Social/LBA	18.740	
Secretaria de Educação/MEC	880	
Pará	23.894	130.630
FUNABEM-FBEST	11.864	
LBA	12.030	
Rio Grande do Sul	147.818	114.730
LBA	79.460	
FUNABEM	30.340	
Secret. Estadual da Educação	38.018	
Sergipe	1.867	41.330
Secret. Especial de Ação Comunitária	1.867	
Pernambuco	54.259	46.870
Secret. de Trabalho e Ação Social	8.601	
Secret. da Educação/LBA/MEC	45.658	
Espírito Santo	53.111	75.020
Secret. de Ação Social	12.952	
Secret. de Educação e Cultura	40.159	
Paraíba	5.143	36.750
Fund. do Bem-Estar Social/LBA	5.143	
Mato Grosso do Sul	18.225	26.730
Secret. de Ação Social e Comunitária	3.165	
Secret. de Educação	15.060	

Fonte: CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher) 1988; LBA (Fundação LBA) 1988.

1 Dentre eles destacamos: Gusso (1983); Barretto (1984); Carvalho (1984); Willadino (1984); Fletcher e Ribeiro (1988).

2 Propõe-se denominar *creche* toda instituição, com objetivos de educação, guarda e assistência para crianças de 0 a 3 anos e 11 meses; e *pré-escola*, as instituições, com os mesmos objetivos, para crianças entre 4 anos e 6 anos e 11 meses.

Uma outra forma de se avaliar a cobertura do atendimento em creches seria através de inquéritos efetuados junto ao usuário, incluindo quesitos específicos seja nos Censos Demográficos, seja nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios — PNADs. O Censo de 1980 investiga apenas a situação educacional de crianças a partir de 5 anos de idade. É recomendável que o Censo de 1990 incorpore a creche e a pré-escola como etapas do processo educativo, reservando-lhes quesitos específicos.

Quanto às PNADs, realizadas agora anualmente, apenas o Suplemento Menor que acompanha a PNAD 85 dedicou parte de seu questionário à investigação sobre frequência à creche por crianças com menos de 7 anos residindo nas regiões metropolitanas. Seus resultados foram parcialmente divulgados, sendo possível, porém, ter acesso à totalidade dos dados brutos em fita de computador.

Quando se volta a atenção para as estatísticas sobre a pré-escola a incerteza persiste: as definições utilizadas pelo Ministério da Educação são imprecisas, não se sabendo exatamente como é constituído o cadastro de pré-escola das Secretarias Estaduais de Educação, ponto de partida para a realização dos Censos Escolares coordenados pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura — SEEC. Por outro lado, o conceito de pré-escola subjacente às estatísticas do MEC parece não ser o mesmo incorporado pelo usuário.

A ressalva de que pré-escola para o MEC e para o usuário podem ter conotações diversas faz sentido na medida em que, no Brasil, existem dois órgãos responsáveis pela coleta e divulgação de estatísticas educacionais: Serviço de Estatística de Educação e Cultura (SEEC) do MEC, que realiza anualmente Censos Escolares; a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que vem coletando subsidiariamente informações sobre o pré-escolar através dos Censos Demográficos e das PNADs. Ora, para se ter uma avaliação aproximada da cobertura, das características da clientela e do sistema a nível de pré-escola, é necessário recorrer às duas fontes, pois, apesar de algumas informações se sobreporem por vezes, elas são complementares: o IBGE tende a coletar mais profundamente informações sobre características sócio-demográficas da clientela e o SEEC/MEC se aprofunda na caracterização escolar propriamente dita, seja sobre o alunado, seja sobre o sistema.

Porém, este uso complementar das fontes não ocorre sem problemas, na medida em que tais organismos se utilizam de unidades de coleta diversas, efetuam suas pesquisas em diferentes períodos do ano, delimitam diversamente a faixa etária e, provavelmente, partem de conceituações diversas. Estas divergências transparecem quando, por exemplo, se comparam as cifras das pessoas que freqüentavam pré-escola no Brasil em 1982<sup>3</sup> através dos dados divulgados pela PNAD 82 (Suplemento Educação) aos de matrícula inicial e final coletadas pelo SEEC/MEC: 2.629.013 pessoas de até 6 anos freqüentam estabelecimentos de ensino pré-escolar pela PNAD

82; 1.866.868 matrículas iniciais e 1.798.267 matrículas finais pelo SEEC/MEC, o que significa uma diferença de 40% em relação à matrícula inicial e de 46% em relação à final<sup>4</sup>.

Duas observações se impõem, a partir desta comparação: em primeiro lugar, o sentido da divergência dos dados para o pré-escolar é inverso ao dos demais graus escolares, onde se percebem frequências mais elevadas entre as matrículas (iniciais ou finais) computadas pelo SEEC/MEC; em segundo lugar, é possível levantar como hipótese que a conceituação de pré-escola usada pelo SEEC/MEC seja mais restritiva que aquela incorporada pela população. Como para a PNAD o informante é a população usuária e não os órgãos responsáveis pelo atendimento, torna-se muito difícil saber se se referem efetivamente a pré-escola vinculada ao sistema regular de ensino; geralmente, os termos usados são bastante vagos como "prezinho" e, na classe média, o termo creche é evitado, o que faz com que muitas creches particulares tenham outros nomes como "pré-escola", "jardim de infância", "escola maternal", "hotelzinho" etc.

### OS DADOS DO SEEC/MEC

Quanto às cifras processadas e divulgadas unicamente pelo SEEC/MEC, a imprecisão se mantém. Em primeiro lugar, ela é evidente quando se comparam diversas publicações desse órgão e encontram-se cifras que divergem, divergência esta devida tanto aos procedimentos de cálculo empregados e que não são explicitados<sup>5</sup>, quanto a deslizos na impressão das tabelas<sup>6</sup>.

Tais imprecisões seriam, porém, facilmente corrigíveis a curto ou médio prazo, desde que se fornecessem explicitamente os procedimentos usados para a composição das tabelas ou que a revisão da publicação fosse mais acurada.

3 Usamos o ano de 1982 para comparação por ser aquele em que as faixas etárias cobertas pelos dois organismos mais se aproximam.

4 O texto de José Carmelo B. Carvalho (1984), que compara os dados de 1980 (Censo e SEEC/MEC), destaca uma distorção da ordem de 11,4% em sentido inverso, possivelmente por não controlar as divergências entre os limites de idade (o Censo de 1980 cobre apenas pré-escolares entre 5 e 6 anos; o SEEC/MEC cobre pré-escolares na faixa de menores de 2 anos até maiores de 6 anos).

5 A publicação *Retrato Estatístico da Educação, Cultura e Desporto* — 1984 (Brasil, 1986) utiliza a expressão "dados preliminares" e informa que a matrícula inicial na pré-escola em 1984 correspondia a 2.493.381 crianças; a publicação *Dados pré-escolares, 1.º e 2.º graus: estimativas 1984-86* (Brasil, 1985a, p.28) utiliza a expressão "dados estimados" e informa que, em 1984, estavam matriculadas na pré-escola 2.241.108 crianças.

6 A *Sinopse estatística da educação pré-escolar 1979/1980* (Brasil, s.d.) contém erros evidentes de impressão, podendo ser considerada uma fonte de informações inutilizável.

A situação torna-se mais grave quando se tenta compreender qual o universo de escolas coberto pelas estatísticas divulgadas pelo SEEC/MEC. Isto é, como é composto o cadastro básico de pré-escolas para as quais as Secretarias Estaduais de Educação enviam o questionário.

Na medida em que a legislação em vigor (Lei 5692/71) é praticamente omissa sobre o atendimento pré-escolar, não existem normas nacionais que regulamentem e autorizem o funcionamento de estabelecimentos pré-escolares. Dada a omissão de legislação federal, os Conselhos Estaduais de Educação regulamentam sobre a questão, através de pareceres e deliberações. No Estado de São Paulo, a pré-escola (denominada de educação infantil) está sendo regulamentada pela Deliberação 26/86 (homologada pela Secretaria de Educação 16/01/87) que "fixa normas para autorização de funcionamento e supervisão de cursos, habilitações e de estabelecimentos de ensino municipais e particulares de 1.º e 2.º graus, regulares e supletivos, de educação infantil e de educação especial, no sistema de ensino do Estado de São Paulo".

Nesta deliberação, destacamos os pontos pertinentes ao pré-escolar:

"Artigo 1.º, parágrafo 1.º: para fins desta deliberação, as escolas de educação infantil são aquelas que ministram educação sistemática anterior ao ensino de 1.º grau<sup>7</sup>.

Parágrafo 2.º: a Educação Especial, a Educação Infantil e o Ensino Supletivo merecerão tratamento diferenciado dos órgãos competentes, respeitadas suas características próprias;

Artigo 4.º, parágrafo único: Ficam dispensadas do prazo a que se refere este artigo as instituições municipais e as criadas por leis específicas para ministrar cursos regulares ou supletivos".

Pode-se, pois, concluir que, no Estado de São Paulo, as escolas de educação infantil, particulares e municipais, que não ministram educação sistemática, não necessitam de autorização para funcionamento e, mesmo aquelas que o fazem, são passíveis de receberem tratamento especial; também esta deliberação evidencia que as escolas municipais estão dispensadas de solicitarem autorização para funcionamento 120 dias antes de sua abertura. Ou seja: é muito provável que, no Estado de São Paulo, o cadastro de escolas de educação infantil (pré-escolas) subestime o atendimento oferecido, deixando de incluir instituições que atendem pré-escolares, tanto nas redes particulares quanto municipais. Na medida em que a autorização para funcionamento de uma pré-escola é bastante exigente, é possível imaginar na rede particular a existência de um número razoável de instituições pré-escolares "clandestinas", isto é, de escolas que não fazem parte do cadastro que compõe o Censo Escolar, cujos dados são processados pelo SEEC/MEC.

Seja pelo fato da população usuária não distinguir precisamente as instituições que atendem crianças na faixa de 0 a 6 anos, seja pelo fato de que o cadastro das Secretarias de Educação não alcança

efetivamente o universo de instituições que atendem o pré-escolar, o fato é que as cifras processadas pelo SEEC/MEC possivelmente subestimam a cobertura do atendimento ao pré-escolar<sup>8</sup>.

Ora, a ambigüidade do SEEC/MEC vai mais além. Em uma de suas publicações contendo informações estatísticas (Brasil, 1986,p.33) encontramos, sem qualquer explicação adicional, a seguinte classificação de atendimento pré-escolar: 0-1 ano, categoria creche; 2-3 anos, categoria maternal; 4-6 anos, categoria jardim. Além disso, dada a mencionada existência de instituições não cadastradas pelas Secretarias de Educação, caberia perguntar se tais instituições estariam sendo incluídas nas estatísticas do MEC.

Há ainda mais um problema, além dos mencionados: a conceituação de pré-escola para o SEEC/MEC não se manteve estável através dos tempos. Até 1976, a matrícula de crianças menores de 2 anos não era incluída no cômputo geral; a partir de 1986, tem-se a informação que o SEEC/MEC vem computando, também nas *estimativas*<sup>9</sup>, dados sobre educação pré-escolar não formal<sup>10</sup>.

## OS DADOS DO IBGE

As estatísticas sobre pré-escola coletadas pelo IBGE provêm do Censo Demográfico 1980 (FIBGE,

7 Não foi possível esclarecer o significado de "educação sistemática".

8 Consultas telefônicas feitas por nós a algumas Delegacias de Ensino da Grande São Paulo, acerca da necessidade de autorização para funcionamento de uma pré-escola, obtiveram respostas dúbias. Quase que sistematicamente, porém, abriram-se possibilidades para que "instituições de recreação, que não tivessem preocupação com o desenvolvimento cognitivo das crianças" prescindissem de registro. Fomos informadas, também, que, no caso de oferecermos materiais e jogos educativos ou organizarmos grupos por faixa etária, poderíamos ser classificadas como escola, e não como instituição de recreação — e estaríamos sujeitas a reclamações de pais junto a organismo de defesa do consumidor ou à visita de supervisor da Secretaria de Educação.

9 A partir de 1983, os dados divulgados pelo SEEC/MEC sobre pré-escola são estimativas baseadas em projeções estatísticas. "Estas projeções supõem que o fenômeno em estudo tenha um comportamento razoavelmente estável. Essa situação dificilmente ocorre em termos reais e muito menos ainda no caso da educação, onde as vicissitudes político-partidárias orientam a distribuição das poucas verbas disponíveis para o setor" (Souza e Kramer, 1988, p.43).

10 Não encontramos definição para o que seja educação pré-escolar não formal. Uma primeira idéia seria que, a partir de 1986, estariam sendo estimadas as matrículas do pré-escolar mantidas pelo antigo MOBRAL. O Centro de Informações Estatísticas da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo sugere outra pista: antes de 1986 havia duas categorias de atendimento escolar às crianças menores de 6 anos — educação infantil e pré-escola — que foram agrupadas numa única, possivelmente a que recebe a denominação de pré-escola nas publicações do SEEC/MEC.

1982 e 1983) e das PNADs (FIBGE, 1980 a 1988)<sup>11</sup>. A não ser em alguns momentos especiais (que voltaremos a mencionar), estas fontes coletam informações sobre o pré-escolar subsidiariamente, quando caracterizam a população estudantil. Afirmamos que esta coleta é subsidiária porque os Censos e as PNADs incluem o inquérito sobre pré-escolar no quesito sobre freqüência à escola, que impõe como limite inferior a idade de 5 anos e superior a de 6 anos. Neste sentido, as PNADs e os Censos contêm habitualmente informações sobre pré-escolar apenas para a faixa etária 5-6 anos, que corresponde aproximadamente a 66,8% das crianças que freqüentam algum tipo de pré-escola, eliminando, portanto, aquelas que se situam entre 0 e 5 anos e as mais de 6 anos.

Como afirmamos anteriormente, a conceituação de pré-escola aceita pelo IBGE é possivelmente mais ampla que aquela usada pelo SEEC/MEC. É possivelmente mais ampla porque aqui, também, a fluidez é intensa, como se constata na conceituação do quesito transcrita a seguir:

*Considerou-se como freqüência à escola não só o atendimento a cursos regulares, mas também a pré-escolas, alfabetização de adultos, supletivo... (Censo 1980, v.1, tomo 4, n.1 p.xxx).*

*Foram classificados como estudantes as pessoas que freqüentavam cursos regulares (de 1.º e 2.º graus e superior), de mestrado ou doutorado, pré-escolares, de alfabetização de adultos... (PNAD 86, v.10, tomo 2, p.xxiv).*

Em algumas situações excepcionais, o IBGE se deteve na coleta de dados sobre o pré-escolar de forma mais ampla e intensa: no Suplemento Educação da PNAD 82 e no Suplemento Menor da PNAD 85. É importante ressaltar, antes de qualquer outra análise, que estas constituem as duas únicas fontes em que, através de tabulações especiais, seria possível avaliar a composição racial de pré-escolares. Dada a riqueza potencial destas duas pesquisas, deter-nos-emos um pouco mais em sua descrição.

A PNAD 82 coletou informações sobre o pré-escolar nas duas partes: no seu corpo, isto é, no questionário sobre mão-de-obra, e no Suplemento Educação. No questionário sobre mão-de-obra, a informação se restringe aos estudantes de 5 e 6 anos que freqüentam pré-escola. No Suplemento Educação a faixa etária é mais ampla (0 a 6 anos) e, além da pergunta se a criança freqüenta ou não pré-escola, o questionário contém um quesito sobre gratuidade ou pagamento. A abrangência geográfica desta pesquisa é o território nacional, com exceção da zona rural da Região Norte.

Na publicação do Suplemento Educação da PNAD 82 encontramos apenas uma tabela sobre pré-escolar: pessoas de até 6 anos que freqüentam estabelecimento de ensino pré-escolar, por grupos de idade, segundo as classes de rendimento mensal familiar. Até o presente momento, não encontramos qualquer estudo que tenha se baseado em tabulações espe-

ciais, efetuando cruzamentos entre as diversas variáveis que esta PNAD possibilita (por exemplo, sexo, raça, nível de instrução do chefe de domicílio etc.).

A PNAD 85 é complementada por um suplemento sobre a situação do menor (crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos). O questionário contém uma parte específica para crianças de 0 a 6 anos, composta de 8 quesitos, dos quais 7 destinam-se especificamente à coleta de informações sobre freqüência a creche ou pré-escola<sup>12</sup>.

Esta pesquisa abrangeu apenas as regiões metropolitanas e o Distrito Federal. Em 1989, finalmente, o Suplemento Menor foi publicado, contendo duas tabelas sobre o atendimento em creches e pré-escolas: uma com informações sobre freqüência à creche ou pré-escola segundo grupos de idade e classes de rendimento familiar; a outra sobre pagamento à instituição, também segundo classes de rendimento\*.

## TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO

Além dos problemas decorrentes da imprecisão e variabilidade conceitual, é importante ressaltar, ainda, a fragilidade do indicador de escolarização que vem sendo utilizado para esta faixa etária.

O indicador de cobertura mais freqüentemente usado é a taxa de escolarização: a relação entre população escolarizável (no caso crianças entre 0 e 6 anos) e população escolarizada (matrículas ou estudantes). Se, para o 2.º Grau, o grande problema metodológico é definir o que seja população escolarizável, para a criança de 0 a 6 anos difícil é definir o que seja população escolarizada. Aqui, as dificuldades são de duas naturezas: a primeira seria resolver qual o melhor indicador, se a matrícula inicial ou se a matrícula final, pois na pré-escola existe uma razoável taxa de perda. Parece-nos recomendável que a taxa de escolarização, tendo em vista a avaliação da oferta, deve utilizar a matrícula inicial; se o cálculo da taxa de escolarização for realizado para avaliar características internas ao sistema (perdas), parece-nos mais adequada a opção pela matrícula final.

Quanto ao segundo ponto — a população escolarizada — o problema existe na medida em que na idade de 6 anos a criança tanto pode estar freqüen-

11 O sistema de pesquisas domiciliares foi implantado no Brasil em 1967. As informações sobre pré-escolares foram levantadas a partir de 1979. Anterior a esta data, havia coleta de dados sobre estudantes com menos de 7 anos, apenas se estivessem freqüentando o 1.º Grau.

12 Os quesitos são: freqüenta algum tipo de creche ou pré-escola?; com que idade começou a freqüentar?; qual o tipo de creche ou pré-escola que freqüenta; quantas horas por dia passa na creche ou na pré-escola?; paga para manter na creche ou pré-escola?; quando não está na creche ou na pré-escola, com quem fica a maior parte do tempo?

\* O Suplemento foi publicado posteriormente à redação do artigo, razão por que essas tabelas não são aqui comentadas. (Nota do Ed.).

tando a pré-escola quanto o 1.º Grau. Assim, em 1982, as matrículas iniciais de crianças com 6 anos correspondiam a 684.506 na pré-escola e 737.096 no 1.º ano do 1.º Grau. Ou seja, 51,8% das matrículas iniciais de crianças com 6 anos eram efetuadas no 1.º Grau. A maioria dos estudos recentes (Ferrari, 1988; Souza e Kramer 1988)<sup>13</sup> não leva em consideração esta sobreposição de níveis que pode ocorrer aos 6 anos. Metodologicamente, os procedimentos para inclusão seriam de dois tipos: deduzir, da população total de 6 anos, aqueles que freqüentam o 1.º Grau; ou incluir, na população escolarizada de 6 anos, aqueles que freqüentam o 1.º Grau. É evidente que os procedimentos redundam em resultados diversos: no primeiro caso, teríamos uma taxa de escolarização, na pré-escola, para as crianças de 6 anos equivalendo aproximadamente a 29,0%; no segundo caso, teríamos uma taxa de escolarização no pré e 1.º ano para a idade de 6 anos de 45,9%.

É evidente, também, que o procedimento adotado para se pensar a taxa de escolarização nesta faixa etária encaminha para propostas de atendimento diversas a nível político e pedagógico, como, por exemplo, a questão de se alfabetizar, ou não, crianças aos 6 anos.

Deve-se, porém, ter cautela quanto à opção que se adote, pois é possível levantar como hipóteses (na medida em que não existem dados publicados) que a população de 6 anos matriculada no 1.º ano deve estar freqüentando a rede particular e provir de famílias com rendimentos mais altos.

Diante do que foi discutido, recomenda-se que, ao se tratar da demanda por escolaridade de crianças de 0 a 6 anos, sejam também efetuados cálculos sobre taxas de escolarização na pré-escola e no 1.º Grau.

Em conclusão: o estado das estatísticas sobre creches e pré-escolas no Brasil reflete a própria situação do atendimento, isto é, sobreposição, falta de coerência conceitual, ausência de diretivas explícitas.

As tabelas apresentadas e discutidas a seguir foram elaboradas buscando tanto captar contradições entre os dados, quanto fornecer um quadro contendo as principais características do atendimento ao pré-escolar no Brasil.

## INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS

Propomo-nos, a seguir, a analisar o atendimento em creches/pré-escolas nas regiões metropolitanas, a partir de tabulações preliminares (amostra não expandida) do Suplemento Menor da PNAD 85; e a avaliar a evolução e a cobertura atual da escolaridade de crianças de 0 a 6 anos no Brasil, baseada em dados coletados pelo SEEC/MEC e pelo IBGE.

A análise em separado dos dados coletados pelo Suplemento Menor da PNAD 85 se justifica na medida em que, apesar de se restringirem às regiões metropolitanas, são as únicas informações disponí-

veis que cobrem simultaneamente toda a faixa etária de 0 a 6 anos e ambas as formas de atendimento.

Agrupamos, na Tabela 1, as principais informações contidas nas 8 tabelas disponíveis a partir de tabulações preliminares da amostra, antes de passarem pelo processo de expansão.

A primeira informação a destacar da tabela é que o atendimento parece ter crescido significativamente nos últimos anos. Apesar de contarmos, para anos anteriores, apenas com estimativas extremamente frágeis, estudos sugeriam que um pouco menos de 10% das crianças entre 0 e 6 anos estariam freqüentando creches ou pré-escolas (Rosemberg et al., 1985, p.50). Em 1985, a PNAD revela mais do que o dobro para as 10 cidades pesquisadas: 23,2% das crianças entre 0 a 6 anos residindo nas regiões metropolitanas estariam freqüentando creches ou pré-escolas. As variações regionais não parecem ser significativas, merecendo destaque as porcentagens inferiores observadas em Porto Alegre (16,3) e Curitiba (18,5%).

São altas as porcentagens de crianças freqüentando creches/pré-escolas particulares (56,5%): a ambigüidade dos conceitos de creche pública e particular, bem como a inclusão provável de creches conveniadas entre as particulares são razões que devem ser consideradas na apreciação destas porcentagens. Assim mesmo, chama atenção a significativa proporção de freqüência a estabelecimentos públicos em São Paulo, a mais elevada entre todas regiões pesquisadas (50,0%).

Também são muito altas as porcentagens da rubrica "paga para freqüentar creche/pré-escola" (87,4%), cifra que ultrapassa a freqüência a todos os tipos de equipamentos não-públicos (65,8%), diferença esta que confirma a observação de que a maioria das creches cobra alguma coisa das famílias, e que mesmo as pré-escolas públicas recolhem contribuições, geralmente através das Associações de Pais e Mestres — APMs.

A grande maioria das crianças (80,2%) freqüenta creches e pré-escolas em período parcial (até 4 horas), sendo que as jornadas mais longas constituem experiências mais comuns para crianças de São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. O fato de a maioria freqüentar estabelecimentos em meio período não surpreende, pois este é o tipo de serviço mais acessível em geral, tanto na rede pública quanto particular.

Um dos dados mais interessantes da Tabela 1 relaciona-se à idade com que a criança começou a freqüentar a creche/pré-escola: 66,7% iniciaram na faixa etária de 3 a 5 anos. Aqui, também, as regiões metropolitanas de São Paulo, Curitiba e Porto Alegre são aquelas em que um maior número de crianças começa a freqüentar a creche com menos de 1 ano. Estes três conglomerados urbanos, provavelmente, são aqueles que dispõem de uma rede de creches em tempo integral mais numerosa, e que acolhe bebês.

13 Exceções: Poppovic et al., 1983; Campos, 1988.

TABELA 1

Distribuição percentual\* das respostas a quesitos relativos a crianças de 0 a 6 anos, em regiões metropolitanas  
1985

Quesitos	Total	Regiões metropolitanas **									
		BEL	FOR	REC	SSA	BHZ	RIO	SAO	CWB	POA	DF
FREQÜENTA CRECHE OU PRÉ-ESCOLA	23,2	27,3	28,7	22,5	25,1	21,4	27,1	21,7	18,5	16,3	24,4
TIPO DE CRECHE/PRÉ-ESCOLA											
Particular	56,8	59,0	48,6	59,3	63,8	68,5	70,1	41,8	57,4	52,9	40,6
Pública	34,2	32,8	46,9	27,0	27,0	25,0	21,5	50,0	32,7	30,3	50,4
De empresa	0,4	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,3	0,4	1,2	0,5	1,3
PAGA PARA FREQÜENTAR CRECHE/PRÉ-ESCOLA	87,4	85,8	86,9	78,0	87,0	92,8	90,1	84,7	90,0	91,3	88,3
JORNADA											
Até 4 horas	80,2	90,9	94,9	85,7	79,7	81,8	80,9	67,5	65,2	61,6	85,8
Mais de 4 horas	9,4	3,7	1,5	1,5	10,9	12,9	12,0	13,7	17,9	19,0	4,3
8 horas ou mais	6,8	3,1	1,3	1,6	1,7	3,5	5,1	16,7	15,0	16,7	7,8
IDADE COM QUE COMEÇOU A FREQÜENTAR											
Menos de 1 ano	4,3	1,5	0,6	1,9	0,3	4,6	2,4	8,8	7,5	15,0	4,1
1-2 anos	18,6	13,1	13,7	24,2	14,3	23,7	18,4	18,4	20,9	24,0	16,6
3-5 anos	66,7	78,9	79,7	60,7	73,1	60,7	69,3	61,0	57,2	50,0	69,2
6 anos	6,9	4,9	3,8	4,1	5,7	9,5	7,5	9,7	10,0	7,1	7,3
POR QUE NÃO FREQÜENTA											
Não há necessidade	70,0	77,8	73,0	67,6	69,7	67,1	64,9	71,9	64,9	75,2	68,4
Falta de condições financeiras	15,1	10,7	10,6	21,0	18,9	18,4	20,6	10,4	13,8	10,6	17,1
Distante da casa	5,0	3,0	6,5	2,9	2,4	5,7	4,3	6,2	9,6	4,8	3,8
COM QUEM FICA QUANDO NÃO ESTÁ NA CRECHE/PRÉ-ESCOLA											
Mãe	72,4	69,7	71,3	74,6	70,8	75,6	74,1	75,2	73,9	73,1	60,3
Irmãos maiores de 13 anos	1,8	2,0	2,2	1,7	2,2	2,5	1,6	1,3	1,0	1,0	2,6
Só ou irmão menor de 14 anos	2,5	3,7	4,1	1,0	2,9	1,5	1,0	2,6	3,9	1,5	4,0
Na rua	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
COM QUEM FICA A MAIOR PARTE DO TEMPO											
Mãe	78,4	78,1	77,7	82,8	73,4	82,4	79,5	78,1	77,0	77,0	74,6
Irmãos maiores de 13 anos	1,9	2,2	1,9	1,4	1,9	2,1	1,9	1,6	2,5	1,4	1,9
Só ou irmão menor de 14 anos	2,7	2,8	2,1	1,9	3,2	2,4	2,1	3,6	4,2	2,1	2,8
Na rua	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0

\* Para cada quesito foram descartadas as percentagens das respostas de cunho negativo ou com ausência de informação, donde não haver soma de 100% no quesito.

\*\* Siglas:

BEL = Belém      REC = Recife      BHZ = Belo Horizonte      SAO = São Paulo      POA = Porto Alegre  
FOR = Fortaleza      SSA = Salvador      RIO = Rio de Janeiro      CWB = Curitiba      DF = Distrito Federal

Fonte: Tabulações Preliminares do Suplemento Menor, PNAD 85, apud Campos e Rosemberg (1988).

TABELA 2

Distribuição das crianças de 0 a 6 anos por região, segundo a situação de domicílio

Região	Total			Urbana		Rural	
	População de 0 a 6 anos	% relativa a População de 0 a 6 anos no Brasil	População da região	População de 0 a 6 anos	% relativa à população de 0 a 6 anos da região	População de 0 a 6 anos	% relativa à população de 0 a 6 anos da região
Norte *	858.615	3,6	20,1	—	—	—	—
Nordeste	8.208.622	34,6	20,7	4.122.313	50,2	4.086.309	49,8
Sudeste	9.520.117	40,1	15,8	7.848.975	82,4	1.671.142	17,6
Sul	3.463.769	14,5	16,4	2.278.580	65,8	1.185.189	34,2
Centro Oeste	1.694.824	7,1	18,2	1.180.841	69,7	513.983	30,3
Brasil *	23.745.947	100,0	17,7	16.289.324	68,6	7.456.623	31,4

\* Exclusive Zona Rural da Região Norte.

Fonte: FIBGE e UNICEF (1988).

Os dados revelam que quase metade das crianças começaram a freqüentar creche ou pré-escola antes dos 3 anos. Isto indica uma sensível modificação nas atitudes familiares quanto ao significado atribuído a equipamentos para educação e cuidado de crianças pequenas.

Nota-se, também, que são pouquíssimas (4,3%) as crianças que começam a freqüentar a creche com menos de 1 ano, fato este compreensível pela pequena disponibilidade de berçários em empresa (apenas 0,4% das pessoas consultadas se utilizam de creches de empresa) e pelo reduzido número de vagas disponíveis para bebês em creches públicas e conveniadas.

Os dados permitem, também, que se tenha uma avaliação do usufruto do direito à creche regulamentado pela CLT: apenas 1,0% das crianças que freqüentam estabelecimentos pré-escolares utilizam berçário na empresa ou creche conveniada com empresa. Esta observação adquire maior consistência quando se lembra que 4,3% das crianças que freqüentam creche o fazem antes de atingir a idade de 1 ano.

Quando se analisam as principais razões evocadas para que as crianças não freqüentem creches/pré-escolas encontramos: "não há necessidade" (70,0%), "falta de condições financeiras" (15,1%) e "distante da casa" (5,0%). Uma interpretação adequada destes dados só seria possível se dispuséssemos de cruzamentos entre as razões evocadas, a idade das crianças, o estrato sócio-econômico ao qual pertence a família e a condição de atividade da mãe.

Finalmente, é importante comentar os últimos dados contidos na Tabela 1: quando não estão na creche/pré-escola as crianças de 0 a 6 anos são cuidadas principalmente pela mãe, sendo muito poucas as que ficam sós, com irmãos ou na rua. É possível que ocorra censura na resposta a estas perguntas, ajustando-a às expectativas sociais que ainda prevalecem, de que a pessoa mais adequada para cuidar da criança pequena é a mãe. Apesar disto, estas porcentagens constituem as primeiras informações quantitativas de que o fenômeno "crianças abandonadas" provavelmente não é tão extensivo quanto se alardeou nestes últimos anos. Quando assinalamos este fato, não é nossa intenção minimizar as dificuldades de vida das famílias pobres, que constituem maioria da população brasileira. Apenas queremos sinalizar que os argumentos apoiados no "abandonismo" para extensão da rede de creches e pré-escolas são equivocados, tanto no plano da realidade, quanto da postura político-filosófica que os orientam, ou da representação que veiculam sobre as formas de organização das famílias pobres. Se se considera necessário expandir a rede de creches e pré-escolas para todas as famílias que delas queiram se utilizar, esta necessidade é respaldada em direitos adquiridos por todos os brasileiros e consagrados através da nova Constituição.

Inflacionar o número de crianças abandonadas no país tem sido apontado como tática manipulató-

ria, seja para superdimensionar a pobreza a tal nível que ela se transforme em problema insolúvel, seja para conseguir ou justificar verbas especiais para populações ditas especiais (no caso, as crianças que hipoteticamente são abandonadas pela família). O que importa é que serviços públicos destinados à população em geral sejam planejados de tal forma que atinjam, sempre e prioritariamente, os estratos mais pobres, com hábitos de vida por vezes diversos daqueles encontrados na classe média.

## ESCOLARIZAÇÃO

Nesta caracterização da escolaridade de crianças entre 0 e 6 anos destacamos, a partir de estudos realizados e da análise de estatísticas recentes, três pontos para discussão: a comparação entre os dados divulgados pelas duas fontes coletoras (SEEC/MEC e IBGE); evolução na extensão do atendimento ao pré-escolar; e tendências atuais na escolaridade de crianças entre 0 e 6 anos.

*Comparação entre as fontes.* É possível comparar dados coletados pelo SEEC/MEC e pelo IBGE exclusivamente para o período 1979-1986 relativos a crianças tendo entre 5 e 6 anos freqüentando a pré-escola (Tabela 3).

TABELA 3

Comparação entre o número de pré-escolares (IBGE) e matrículas iniciais na pré-escola (SEEC/MEC) relativo a crianças de 5 a 6 anos 1979-1986 — Brasil

Anos	Estudantes na pré-escola 5-6 anos (IBGE) (I)	Matrícula inicial na pré-escola 5-6 anos (SEEC/MEC) (S)	% (S/I)
1979	1.073.755	838.379	78,1
1980 *	893.256	—	—
1981	1.083.081	983.518	90,8
1982	1.756.117	1.211.538	69,0
1983	1.778.154	1.339.324	75,3
1984	2.090.388	1.437.807	68,8
1985	2.389.262	1.579.915	66,1
1986	2.651.179	1.726.894	65,1

\* Não existem dados válidos coletados pelo SEEC/MEC para este grupo etário.

Fontes: FIBGE (PNADs 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86 e censo 1980). Brasil (SEEC/MEC) 1985a e b.

É fantástica a divergência que se observa entre os dados coletados pelas duas fontes. A tendência observável na Tabela 3 é que esta discrepância vem aumentando progressivamente, sendo que em 1986 as matrículas iniciais projetadas pelo SEEC/MEC correspondiam a apenas 65% dos pré-escolares estimados pela coleta da PNAD 86. Dentre as explicações possíveis para isso, deve-se levar em conta erros possíveis de expansão da amostra na PNAD



e a existência de inúmeras pré-escolas clandestinas não cadastradas e não captadas pelos Censos Escolares.

Divergências tão notáveis encaminham para duas sugestões: que o Censo de 1990 inclua a frequência à pré-escola e/ou creches sem limite de idade, e que os diagnósticos sobre o atendimento ao pré-escolar se baseiem, por enquanto, em ambas as fontes de dados.

*Evolução.* Apesar do pequeno número de crian-

ças entre 0 e 6 anos que recebem alguma forma de atendimento educacional, a análise de séries históricas aponta para uma evolução notável da cobertura. Por razões metodológicas, apresentaremos e discutiremos os dados agrupados em dois períodos distintos: num primeiro momento o período 70-78 por dispormos apenas de dados coletados pelo SEEC/MEC; num segundo momento, dados relativos ao período 1979-1986, por dispormos simultaneamente de dados coletados pelo SEEC/MEC e pelo IBGE.

TABELA 4

Evolução da matrícula inicial e final em educação pré-escolar (SEEC/MEC)  
1970-1978 — Brasil

Ano	Matrícula inicial	Matrícula final	% (final/inicial)	Evolução da matrícula (em %)		Índices anuais de crescimento da matrícula	
				Inicial	Final	Inicial	Final
1970	374.267	346.656	92,6	100,0	100,0	—	—
1971	422.313	437.010	103,5	112,8	126,1	11,4	26,1
1972	459.960	469.400	102,1	122,9	135,4	8,9	7,4
1973	498.424	495.482	99,4	133,2	142,9	8,3	5,6
1974	529.845	551.112	104,0	141,6	159,0	6,3	11,2
1975	566.008	574.775	101,5	151,2	165,8	6,8	4,3
1976	707.470	679.627	96,1	189,0	196,0	25,0	18,2
1977	780.048	830.132	106,4	208,4	239,5	10,2	22,1
1978	944.583	1.031.821	109,2	252,4	297,6	21,2	24,3

Fonte: SEEC/MEC apud Ferrari (1988, p.57).

O período 1970-1978 já apresentava um crescimento intenso, seja nas matrículas iniciais, seja nas matrículas finais (Tabela 4). Porém, os índices anuais de crescimento foram bastante variáveis, ocorrendo expansão significativa das matrículas principalmente em 1971, 1976, 1977 e 1978. É importante lembrar que na segunda metade da década de 70 houve intensa mobilização popular, principalmente nas grandes capitais, em torno da reivindicação por educação para crianças pequenas.

Uma particularidade do período é que não se observa uma tendência constante de superioridade das matrículas iniciais sobre as finais, ou seja, em vários anos (1971, 1972, 1974, 1975, 1977 e 1978) as matrículas finais sobrepujaram as iniciais.

Trata-se de uma época em que a pré-escola praticamente não conhecia evasão, fato este possivelmente determinado pela maior seletividade sócio-econômica de sua clientela, e por atender um número bastante pequeno de crianças com menos de 5 anos: clientela mais rica está menos sujeita a deslocamentos; crianças mais ricas e maiores estão menos sujeitas a contaminações, principais causas de evasão do pré-escolar.

Para o período 1979-1986 analisaremos, inicialmente, apenas o atendimento pré-escolar para crianças de 5 a 6 anos<sup>14</sup>, única faixa etária para a qual

disposmos de dados coletados simultaneamente pelas duas fontes consideradas (Tabela 5). A tendência mais importante observada nesta tabela é a acentuada evolução no atendimento à população de 5 e 6 anos, atestada pelos indicadores usados a partir dos dados coletados pelas duas fontes. Assim, entre 1979 e 1986, o crescimento do total de crianças escolarizadas naquela faixa etária foi da ordem de 146,9%, e o incremento das matrículas iniciais foi de 106,0%.

Observa-se, porém, que o crescimento anual não manteve um ritmo constante, ocorrendo uma expansão apreciável entre 1981 e 1982 (evidentes nos dados do IBGE) seguida de uma desaceleração notável entre 1982 e 1983 (evidente em ambas as fontes).

Possivelmente duas ordens de fatores explicam este fluxo e refluxo do atendimento do pré-escolar: a atuação intensiva do MOBRAL na expansão do atendimento pré-escolar e o efeito da crise econômica, já que, "contrariando as expectativas usuais, a queda no gasto social [no Brasil] só se manifestou a partir de 1982, ainda que a situação econômica já apresentasse sinais de deterioração desde o primeiro ano da década" (Rezende e Afonso, 1988, p.120).

14 Crianças tendo entre 5 e 6 anos absorviam 67,6% das matrículas iniciais nas pré-escolas, segundo o SEEC/MEC.

TABELA 5

Evolução de indicadores demográficos e de escolarização na pré-escola entre crianças de 5 a 6 anos  
1979-1986 — Brasil

Anos	População 5-6 anos			Estudantes de pré-escola (IBGE)				Matrículas iniciais na pré-escola (SEEC/MEC)			
	Números absolutos	Evolução (em %)	Índices anuais de crescimento	Números absolutos	Evolução (em %)	Índices anuais de crescimento	Taxa de escolarização	Números absolutos	Evolução (em %)	Índices anuais de crescimento	Taxa de escolarização
1979	5.957.782	100,0	—	1.073.755	100,0	—	18,0	838.379	100,0	—	14,1
1980*	6.055.258	101,6	1,6	893.256	83,2	-16,8	14,7	—	—	—	—
1981	6.009.911	100,9	-0,7	1.083.081	100,9	21,2	18,0	983.518	117,3	—	16,4
1982	6.195.803	104,0	3,1	1.756.117	163,5	62,1	28,3	1.211.538	144,5	23,2	19,6
1983	6.312.231	105,9	1,9	1.778.154	165,6	1,3	28,2	1.339.324	159,7	10,5	21,2
1984	6.495.671	109,0	2,4	2.090.388	194,7	17,6	32,2	1.437.807	171,5	7,4	22,1
1985	6.824.741	114,5	5,1	2.389.262	222,5	14,3	35,0	1.579.915	188,4	9,9	23,1
1986	6.895.158	115,7	1,0	2.651.179	246,9	11,0	38,4	1.726.894	206,0	9,3	25,0

\* Não existem dados válidos publicados pelo SEEC/MEC para este grupo etário.

Fontes: FIBGE (PNADs e Censo 1980).  
Brasil (SEEC/MEC) 1985a e b.

TABELA 6

Evolução da matrícula inicial na pré-escola por idade, localização e rede  
1979/1986 — Brasil

		1979			1986			Índice de crescimento 1979/1986
		Números absolutos	%	Taxa de escolarização	Números absolutos	%	Taxa de escolarização	
IDADE	TOTAL	1.198.104	100,0	5,5	2.699.287	100,0	11,4	125,3
	Até 4 anos	359.725	30,0	2,3	829.019	30,7	4,9	130,5
	5 e 6 anos	838.379	70,0	14,1	1.870.268	69,3	27,1	123,1
LOCALIZAÇÃO	TOTAL	1.198.104	100,0	—	2.699.287	100,0	—	
	Rural	26.600	2,2	0,3	158.060	5,9	2,1	494,2
	Urbana	1.171.504	97,8	9,3	2.541.227	94,1	15,6	116,9
REDE	TOTAL	1.198.104	100,0		2.699.298	100,0		
	Pública	652.298	54,5		1.700.358	63,0		160,7
	Federal	6.417	0,5		62.767	2,3		878,1
	Estadual	290.175	24,2		748.302	27,7		157,9
	Municipal	356.006	29,7		889.289	32,9		149,8
	Particular	545.506	45,5		998.928	37,0		83,1

Fontes: Brasil (SEEC/MEC) 1985a, b (matrículas iniciais).

FIBGE-PNADs 79 e 86 (População 0-6 anos).

Para a Tabela 6 foram transportadas as principais variáveis que permitem aprender como se deu a evolução das matrículas iniciais no período 1979/1986. Notamos: uma tendência ao crescimento (apesar de se manter em níveis extremamente baixos) de matrículas de crianças tendo 4 anos ou menos; um crescimento bastante intenso das matrículas rurais, apesar de permanecerem extremamente baixas; uma evolução acentuada na rede pública, merecendo destaque o impulso tomado pela rede municipal.

Pelo recorte efetuado, e pelo fato de analisarmos matrículas iniciais e não finais, as conclusões a que chegamos sobre a evolução do atendimento nos se-

tores público e privado divergem daquelas apresentadas por Ferrari (1988, p.66-7 e 72), que assinala: "Mesmo à luz dos dados mais recentes, o ponto mais importante foi o aumento relativo da participação do setor privado que, no início do período, tinha cerca de 39% da matrícula final total e que elevou esse índice para níveis superiores a 45% (desde 1973 até 1981). A redução para 40%, a partir de 1982, pode estar indicando uma reversão de tendência, mas ainda representa uma participação percentual superior à do início do período. Tais dados confirmam o processo de privatização na educação pré-escolar, denunciado em trabalhos anteriores" (Ferrari, 1988, p.67).

TABELA 7

Evolução das matrículas iniciais na pré-escola por região  
1979/1986

Região	Matrícula inicial				Índice de crescimento 1979/1986
	1979		1986		
	N	%	%	%	
Norte	39.469	3,3	144.084	5,3	265,0
Nordeste	276.291	23,1	788.621	29,2	185,4
Sudeste	685.962	57,2	1.213.837	45,0	76,9
Sul	130.323	10,9	362.044	13,4	177,8
Centro-Oeste	66.059	5,5	190.701	7,1	188,7
Brasil	1.198.104	100,0	2.699.287	100,0	125,3

Fonte: Brasil (SEEC/MEC) 1985a, b.

Considerando as matrículas iniciais<sup>15</sup> no período 1979/1986, o índice médio de crescimento do setor público foi de 160,7% e do setor privado 83,1%; considerando-se, agora, a porcentagem de matrículas iniciais para cada rede, em 1979, o setor privado abrigava 45,5% (e o público, complementarmente, 54,5%) e apenas 37,0% em 1986 (o setor público contando com 63,0% das matrículas iniciais). É importante relativizar a precisão destas cifras, pois trata-se de estimativas; elas podem estar sendo subestimadas nas redes privada e municipal (esta última pelo menos em São Paulo) pelo não cadastramento de escolas.

Quanto à evolução das matrículas iniciais nas diferentes regiões, é no Sudeste que encontramos os menores índices de crescimento, apesar de ser a região que dispõe do maior número (absoluto e relativo) de matrículas iniciais, além de apresentar as melhores taxas de escolarização (Tabela 7).

Analisando-se a evolução da taxa global de escolarização para crianças de 5 a 6 anos, independentemente de estarem freqüentando o pré ou o 1.º grau, nota-se, também, uma evolução considerável no período 1979/1986: em 1979 estavam matriculadas na escola 23,9% crianças de 5 e 6 anos; em 1986 eram 39,2%.

Para finalizar, faltaria discutir a evolução de um indicador de instrução habitualmente ignorado pelos estudos sobre crianças com menos de 7 anos: a taxa de alfabetização. Aqui, paradoxalmente, nota-se uma involução: em 1980 o Censo informa que 9,3% das crianças entre 5 e 6 anos estavam alfabetizadas; em 1986 a porcentagem decresce para 8,1%.

Em resumo, os indicadores usados neste diagnóstico indicam uma evolução quantitativa importante do atendimento pré-escolar que, apesar de apresentar perfil qualitativo quase que semelhante ao da década de 70, aponta algumas tendências novas, em especial sua municipalização.

*Tendências atuais (1986).* Em 1986 existiam 35.146 estabelecimentos de ensino pré-escolar no

país, dos quais 12,8% em zona rural. A maioria deles (67,5%) pertencia à rede pública, principalmente estadual (32,7%) e municipal (31,2%). A rede federal distribuía-se desigualmente pelo território nacional: fazia-se principalmente presente em unidades das regiões Norte, Nordeste e Sul (Roraima, Amapá, Rio Grande do Norte, Paraná e Santa Catarina).

Pertencem à rede municipal 67% dos estabelecimentos de ensino pré-escolar situados em zona rural.

O quadro de pessoal da rede pré-escolar contava, em 1986, com 118.336 docentes, dos quais 5,1% estavam lotados em zona rural. A rede pública pertenciam 56,2% dos docentes de pré-escola e 63,0% das matrículas, indicando uma relação professor/aluno mais elevada na rede pública.

Encontramos para as diferentes redes as seguintes relações professor/matrículas iniciais: federal, 10,3; estadual, 28,9; municipal, 25,7; particular, 18,0. Notar a nitidamente mais baixa relação da rede federal, indicando, muito provavelmente, desvio de função de professores(as) pré-escolares nesta rede.

Quanto à qualificação do pessoal docente, existem dados disponíveis para 1983, informando que 85,2% dos(as) professores(as) de pré-escola possuem formação equivalente a 2.º e 3.º Graus. Este alto nível de formação do(a) professor(a) pré-escolar é mais notável nas redes estadual, municipal e particular. Como informa Ferrari (1988, p.69-70) os(as) docentes de pré-escola teriam "uma qualificação formal mais elevada do que a dos docentes de 1.º Grau. Haveria, sim, que aprofundar a questão da preparação específica para a educação pré-escolar". É importante ressaltar, também, o efeito de uma superestimação provável, principalmente na rede particular, pois talvez sejam as pré-escolas clandestinas

15 A evasão é menos freqüente na rede particular porque sua clientela provém, provavelmente, de famílias com melhores rendimentos.

nas aquelas que não cumprem critérios mínimos de funcionamento, que devem empregar pessoal menos qualificado.

Em 1986, a pré-escola registrava 2.699.287 matrículas iniciais, 63% das quais na rede pública, 94,1% em zona urbana e 64% ocupadas por crianças tendo entre 5 e 6 anos. Considerando-se como população escolarizável na pré-escola as crianças na faixa de 0 a 6 anos, a taxa de escolarização seria 11,4%. Considerando-se apenas o grupo etário entre 5 e 6 anos, estariam matriculadas na pré-escola 25% das crianças. Levando-se em consideração que, em 1986, um número razoável de crianças com menos de 7 anos estavam matriculadas no 1.º grau (977.372), obtém-se para o grupo de 5-6 anos uma taxa de escolarização de 39,2%. É importante notar que, de acordo com dados do MEC, a matrícula inicial de crianças com menos de 7 anos no 1.º Grau (possivelmente tendo 6 anos) é superior ao número de crianças de 6 anos matriculadas na pré-escola.

A pré-escola apresenta, também, como os demais níveis escolares, taxas de evasão (ou expulsão). Em 1985 ocorria uma perda de 16,1%, sendo mais acentuada em meio rural (38,4%) e nas escolas federais (33,5%). As redes particular e municipal foram as que apresentaram índices inferiores de perda (18,9% e 9,2% respectivamente). Não dispomos de informação sobre este dado desagregado por idade e por nível sócio-econômico da família, variáveis que poderiam contribuir para a compreensão do problema.

Merece destaque o fato de a rede municipal ser aquela que conta com o maior número de matrículas rurais — localização que apresenta maior índice de evasão — embora constitua, dentro da rede pública, a que evidencia níveis mais baixos de evasão.

A distribuição de matrículas iniciais e de estudantes de pré-escola está diretamente relacionada à densidade das regiões: assim, as regiões Nordeste e Sudeste são as que contam com o maior número de pré-escolares. A Tabela 8 permite, mais uma vez, que se constate a grande divergência entre os dados coletados pelo SEEC/MEC e aqueles pelo IBGE: notar que na Região Nordeste encontramos um número maior de estudantes de pré-escola tendo entre 5 e 6 anos do que o número de matrículas iniciais para todas as faixas etárias!

A composição das crianças freqüentando pré-escola, tanto sócio-econômica quanto por sexo, não consta das estatísticas processadas pelo SEEC/MEC. Recorremos, então, aos dados disponíveis nas PNADs.

A taxa de participação feminina entre pré-escolares com 5 a 6 anos vem-se mantendo relativamente constante desde 1982 (em torno de 50%). Em 1986, a PNAD informava que 50,0% dos pré-escolares eram meninas.

De acordo com a PNAD 82, a pré-escola também constitui um nível de ensino que não possibilita o acesso às crianças provenientes das famílias mais pobres. Em 1982, apenas 29,5% das crianças freqüentando a pré-escola proviriam de famílias com

TABELA 8

Distribuição de matrículas iniciais (SEEC/MEC) e de estudantes de pré-escola (IBGE) por região Brasil — 1986

Região	Matrículas iniciais todas as idades		Estudantes na pré-escola de 5 e 6 anos	
	N	%	N	%
Norte *	144.084	5,3	117.465	4,4
Nordeste	788.621	29,2	879.958	33,2
Sudeste	1.213.837	45,0	1.220.884	46,1
Sul	362.044	13,4	269.148	10,2
Centro-Oeste	190.701	7,1	163.724	6,2
Brasil *	2.699.287	100,0	2.651.179	100,0

Fontes: Matrículas iniciais: Brasil (SEEC/MEC) 1986.  
Estudantes na pré-escola: PNAD 86.

\* Os dados coletados pela PNAD não incluem a zona rural da Região Norte.

rendimento médio mensal de até 2 S.M. A medida que se eleva a idade da criança, a participação de estudantes provenientes de famílias com rendimentos inferiores aumenta: até 1 ano de idade estão na pré-escola apenas 18% das crianças provenientes de famílias com rendimento médio mensal igual ou inferior a 2 S.M.; esta porcentagem sobe para 31% na faixa etária de 4 a 6 anos (Tabela 9).

TABELA 9

Crianças de até 6 anos que freqüentam estabelecimento de ensino pré-escolar, segundo grupos de idade, por classe de rendimento familiar mensal Brasil — 1982

Classes de rendimento mensal familiar	Total	%	Grupos de idade (em %)		
			Até 1 ano	2 e 3 anos	4 a 6 anos
Até 1 S.M.	304.645	11,6	4,3	7,3	12,2
+ de 1 S.M. a 2 S.M.	470.989	17,9	13,7	10,3	18,8
+ de 2 S.M. a 5 S.M.	820.070	31,2	22,6	21,9	32,4
+ de 5 S.M.	985.314	37,5	59,0	58,2	34,8
Sem rendimento	31.584	1,2	0,4	0,9	1,2
Sem declaração	16.411	0,6	—	1,3	0,6
Total	2.629.013	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD 82.

O Perfil Estatístico de Mães e Crianças no Brasil (FIBGE e UNICEF, 1988) informa composição sócio-econômica de crianças entre 5 e 6 anos que freqüentavam escola (pré-escola e 1.º Grau) em 1986 (Tabela 10).

TABELA 10

**Crianças de 5 a 6 anos que freqüentam escola, por classe de rendimento mensal familiar per capita  
Brasil — 1986 (em %)**

Níveis de rendimento mensal familiar per capita	% de crianças que freqüentam escola
Até 1/4 S.M.	28,9
+ de 1/4 a 1/2 S.M.	35,5
+ de 1/2 a 1 S.M.	42,9
+ de 1 a 2 S.M.	56,8
+ de 2 S.M.	75,4

Fonte: FIBGE e UNICEF, 1988.

Os dados contidos na Tabela 10 permitem afirmar que o acesso à escola para crianças de 5 e 6 anos é diretamente proporcional ao nível de renda da família.

Resumindo a avaliação dos indicadores educacionais para crianças entre 0 e 6 anos é bastante imprecisa, devido a falhas nos procedimentos de coleta de dados e à multiplicidade de conceitos de creche e pré-escola vigindo no país. Neste sentido, uma avaliação, no momento, é imprecisa, apontando apenas para tendências. Para que estas tendências pos-

sam ser apreendidas em seu significado pleno, resumimos algumas observações sobre o contexto sócio-econômico em que vivem as crianças nessa faixa etária (Fundação Carlos Chagas, 1989).

A maior parte das crianças tendo entre 0 e 6 anos vivem em zona urbana e compartilham, com crianças até 9 anos, o fato de constituírem os segmentos etários em que se encontra a maior porcentagem de pobreza absoluta. São as crianças com menos de 1 ano as que vivem em maior número em domicílios inadequados do ponto de vista de saneamento básico.

Houve um aumento significativo nos últimos anos no atendimento em creches e pré-escolas, ocorrendo, também, uma diminuição da idade média dos pré-escolares. Isto é, estão entrando em creches e pré-escolas um maior número de crianças com menos de 4 anos, apesar da concentração de estudantes ocorrer nas idades de 5 e 6 anos.

A evolução das matrículas iniciais se deu principalmente graças à maior abertura do setor público, em especial da rede municipal, responsável pela quase totalidade do atendimento rural.

A pré-escola é uma instituição eminentemente urbana que interpõe, como os demais níveis de ensino, barreiras de acesso mais intensas às crianças provenientes de famílias com rendimentos inferiores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, E. S. S. Extensão da escola elementar no Brasil: da intenção à realidade. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON EDUCATION, 1. *Equality*. Tel-Aviv, 1984.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação e Planejamento. *Retrato Brasil: educação, cultura, desporto, 1970-1980*. Brasília, 1985b. 2v.
- BRASIL. Ministério da Educação. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. *Dados pré-escolar, 1.º e 2.º graus: estimativas 1984-1986*. Brasília, 1985a.
- . *Retrato estatístico da educação, cultura e desporto: séries históricas, 1984*. Brasília, 1986.
- . *Sinopse estatística da educação pré-escolar 1979-1980*. Brasília, s.d.
- CAMPOS, M. M. M. Pré-escola e sociedade: determinantes históricos. *Idéias*. São Paulo (2):22-6, 1988.
- CAMPOS, M. M. M. & ROSEMBERG, F. (org.) *Diagnóstico da situação da educação pré-escolar na região metropolitana de São Paulo*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1988.
- CARVALHO, J. C. B. Aspectos metodológicos dos quesitos sobre instrução no censo demográfico. In: SEMINÁRIO METODOLÓGICO DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS, 3. Ouro Preto, 1984. *Censos, consensos, contra-sensos*. Contagem, ABEP, 1984, p.149-75.
- CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER. *Relatório anual de atividades — 1988*. Brasília, 1988.
- FERRARI, A. C. Evolução da educação pré-escolar no Brasil no período de 1968 a 1986. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, 69(161):55-74, jan./abr. 1988.
- FIBGE. Censo Demográfico 1980. Rio de Janeiro, 1982/1983.
- . PNADs, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86. Rio de Janeiro, 1980 a 1988.
- FIBGE & UNICEF. *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil: sistema de acompanhamento da situação sócio-econômica de crianças e adolescentes 1981-1983-1986*. Rio de Janeiro, IBGE, 1988.
- FLETCHER, P. R. & RIBEIRO, S. C. *A educação na estatística nacional: versão preliminar para debate*. Brasília, 1988. mimeo.
- FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Aspectos sócio-educativos e sugestões para uma política nacional de educação da criança de 0 a 6 anos no Brasil*. São Paulo, 1989. 2v.
- FUNDAÇÃO LBA. *Relatório Geral 1987*. Rio de Janeiro, 1988.
- GUSSO, D. Escolarização e o déficit escolar: os fatos e as versões. *Revista Brasileira de Administração da Educação* 1(2) jul./dez. 1983.
- POPOVIC, A. M. et al. *Subsídios para elaboração de um programa nacional de atendimento à criança*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1983.
- REZENDE, F. & AFONSO, J. R. R. *A reforma fiscal no processo de elaboração da nova Constituição*. Brasília, INPES/IPEA, 1987. (Textos para discussão interna, 121).
- ROSEMBERG, F. et al. *Creches e pré-escolas*. São Paulo, Nobel/CNDM, 1985.
- SOUZA, S. J. L. & KRAMER, S. *Educação ou tutela? A criança de 0 a 6 anos*. São Paulo, Loyola, 1988.
- WILLADINO, G. *O ensino de 1.º grau em 1980: análise crítica dos dados do censo e do SEEC*. Brasília, SEEC/MEC, 1984.